

ESCRavidÃO E TRAJETÓRIAS DAS ELITES LOCAIS: CAMPANHA E POUSO ALEGRE NO OCASO DA ESCRavidÃO¹

Alexandre Macchione Saes²
Antoniél Avelino Filho³

Resumo: no último quartel do século XIX, o Sul de Minas, cenário de ruptura do clássico modelo de economia voltada ao abastecimento do mercado interno para a introdução de atividades voltadas para a exportação na década de 1880, veria suas elites locais enfrentarem questões como o fim da escravidão e a rearticulação de seus grupos políticos, agora num regime republicano. Campanha e Pouso Alegre, duas das principais cidades sul-mineiras de meados do século XIX, seguiriam caminhos particulares rumo ao mundo moderno e urbano em construção. O artigo analisa as duas cidades nos últimos anos do escravismo, acreditando que a composição da riqueza local – e a própria estrutura escravocrata de cada sociedade – pode nos ajudar a compreender a reorientação das atividades econômicas e a lançar questões sobre as trajetórias dessas elites nas primeiras décadas republicanas.

Palavras-chave: Pouso Alegre; Campanha; fim do escravismo.

Abstract: in the last quarter of the nineteenth century, the South of Minas, scene of rupture of the classical model of economy oriented for internal Market supply towards exportation activities in decade of 1880, seen its local elites faced questions as the end of slavery and the rearticulation of its political groups, now in the Republican system. Campanha and Pouso Alegre, two of the principal cities of the South of Minas in the middle nineteenth century, followed particular ways in direction to modern and urban world in construction. The article analyzes the two cities in the last years of the slavery, believing that local wealth composition – and the own structure of each society – can help us to comprehend the economic activities and make questions about the trajectories of these elites in the first Republican decades.

Key words: Pouso Alegre; Campanha; End of Slavery.

Maurice Dobb, em sua monumental obra, *A evolução do capitalismo*, ao trabalhar com a tipologia tanto de capitalismo como de transição de modos de produção, nos alerta que “os sistemas jamais se encontram em sua forma pura”, o que garantiria a complexidade da caracterização dos períodos da História. Seguindo seu argumento, esta fluidez nas formas de organização das sociedades, contudo, não reduziria o caráter de que cada período histórico deve sofrer a “influência preponderante de uma forma econômica única”. A compreensão desta transição torna-se fundamental para qualquer historiador econômico no sentido de que este

¹ Os autores agradecem o apoio dos pesquisadores Cleyton Costa e Raphaela Ferreira para a coleta do material primário, respectivamente, nas cidades de Pouso Alegre e Campanha.

² Professor do Departamento de Economia da FEA/USP – Pesquisa Financiada pela FAPESP.

³ Discente do curso de Economia da FEA/USP – Bolsista técnico da FAPESP.

estágio de organização da sociedade deverá responder pelas tendências do desenvolvimento histórico, garantindo uma marca predominante no conjunto da sociedade. A transição, por seu turno, deve ser compreendida pelos elementos endógenos desta formação social anterior, afinal, não somente elementos da nova sociedade “acham-se na matriz da anterior” como “as relíquias de uma sociedade antiga sobrevivem por muito tempo na nova”. Uma transição em que o arcaico e o moderno dialogam intensamente, em que há um encadeamento “racional” de acontecimentos para culminar na ruptura e, por fim, em que “o processo de modificação histórica, em sua maior parte, é gradual e contínuo”. Mas apenas em sua maior parte é gradual, pois no momento decisivo de transformação o “ritmo se acelera além do normal”, aquela continuidade é rompida, “no sentido de uma mudança brusca de direção na corrente de acontecimentos.” (DOBB, 1983, p. 10)

O realismo de Dobb para a transição ao capitalismo na Europa era considerável: apesar de seu modelo se aprofundar na evolução histórica da economia inglesa, sabia que tais mudanças teriam sido bastante desiguais entre cada sociedade, com cronologias, intensidades e particularidades próprias de cada região. Assim, transpor essa discussão para o Brasil, isto é, uma economia periférica de heranças coloniais, requer muitas cautelas, pois, invariavelmente, essa transição percorreria caminhos bastante diferentes: seus determinantes na transformação econômica eram outros, a relação com a economia mundial não poderia deixar de ser pensada e, ainda, o atraso para incorporar os elementos determinantes para a construção de uma economia capitalista tornar-se-ia condição *sine qua non* desta evolução histórica em particular. Independentemente dessa condição peculiar, nosso objetivo neste artigo não é trabalhar teoricamente com o caráter desta transição no Brasil,⁴ mas sim observar como, neste ambiente de aceleração do “ritmo” da transformação, as elites locais seguiram caminhos distintos num momento decisivo da história econômica brasileira, que pode ter definido o caráter dessas cidades no processo de modernização econômica típica do início do século XX.

Em uma palavra: o ritmo da transição no Brasil se acelerou em fins do século XIX. A economia brasileira mais intimamente integrada ao mercado internacional passou a receber elevados influxos de recursos externos (FURTADO, 1959) –

⁴ Para esse assunto, cf. Jacob Gorender (1978), Fernando Novais (1979), Ciro Flamarion Cardoso (1980) e Julio Pires & Iraci Costa (2010).

responsáveis pela expansão ferroviária, numa primeira fase e, mais tarde, de serviços urbanos. (CASTRO, 1979) As instituições políticas nacionais seriam balançadas com o fim da escravidão e alteradas com a Proclamação da República. Em suma, neste cenário de transformações internas e externas, com novas “tendências do desenvolvimento histórico”, tanto os grupos locais como suas atividades econômicas precisavam se rearticular no cenário nacional e internacional. E nesta rearticulação, seriam as “reliquias passadas” que emergiriam na construção dos aspectos definidores destes novos cenários econômicos, políticos e sociais.

Este artigo apenas levanta algumas das questões que margeiam este debate: ao colocar em evidência dois municípios do Sul de Minas, Campanha e Pouso Alegre, pretendemos mostrar como, apesar de uma estrutura econômica e de uma origem histórica semelhante, os municípios puderam percorrer caminhos bastante distintos no início do século XX. Neste artigo em especial, a variável em destaque é a escravidão: pretendemos compreender como a questão da abolição foi enfrentada na última década do escravismo nestas duas cidades e quais seriam as possíveis consequências para esses municípios ao manterem ou não suas estruturas imperiais.

História e historiografia da escravidão no Sul de Minas

Campanha e Pouso Alegre podem ser consideradas como as duas mais importantes cidades do Sul de Minas durante o século XIX. Por um lado, Campanha foi sede da Comarca que daria lugar ao que hoje é conhecido como território do Sul de Minas e, ainda, foi o principal centro político da região na primeira metade do século XIX. Pouso Alegre, por outro lado, ascendeu na segunda metade como um novo centro econômico e urbano, concentrando uma elite cuja inserção política no estado mineiro foi decisiva por conta de personagens relevantes como Padre José Bento, influente senador liberal do Império.

A construção deste território conhecido como Sul de Minas teve origem com a formação da cidade de Campanha da Princesa, em 1789. Localizada originalmente na Comarca do Rio das Mortes, Campanha tornar-se-ia, então, a sede da Comarca do Rio Sapucaí a partir de 1833. (ANDRADE, 2008) Região com papel secundário ao longo do período colonial, respondendo essencialmente como trajeto das tropas

de abastecimento das cidades auríferas e da produção de aguardente,⁵ quase que naturalmente criou sua identidade por meio do comércio de víveres e mantimentos nas fronteiras da Comarca do Rio Sapucaí, delimitada no Norte pelo Rio Grande e no Sul e Sudeste pelos contrafortes da Mantiqueira. A transferência da Corte, em 1822, com a abertura de novas rotas de comércio – antes proibidas – pela região meridional de Minas, permitiu que houvesse um crescimento populacional e econômico significativo: neste cenário, o berço do Sul de Minas era a cidade de Campanha e seu papel econômico, era o circuito de abastecimento.⁶

Circuito este que deu forma à estrutura econômica da região por longas décadas do século XIX: a produção variada que passava por cereais como arroz, milho, feijão, por animais como porcos, gado e, até mesmo, outros produtos como algodão, fumo, açúcar, tecidos e chapéus. Essa permanência é evidenciada pelo perfil da produção do Sul de Minas descrito por Von Eschwege, em 1821, e por Bernardino Saturnino da Veiga, em 1884. “Ambos indicam que a variação na produção não foi muito significativa: desfilam os mesmos produtos, com a mesma finalidade, à exceção do café, que na década de 80 emerge como produto importante.” (PASCOAL, 2008, p. 146)

E, neste cenário, era Campanha que capitaneava as principais transformações da região no período. Antigas freguesias começavam a se emancipar ainda na primeira metade do Oitocentos: era a formação de cidades como Baependy (1814), Jacuhy (1814), Pouso Alegre (1831), Lavras (1831), Jaguaray (1840), Itajubá (1848). Cidades que se firmavam nas rotas de abastecimento para o Rio de Janeiro – e somente décadas mais tarde para São Paulo –, consolidando um grupo político representativo, “os moderados”, com interesses e presença na política da Corte. (LENHARO, 1979) Era esta articulação comercial com a capital do Império que garantia prestígio e poder político para a elite sul-mineira. Eram proprietários de terra e escravos, ora produtores de abastecimento, ora comerciantes com suas grandes tropas, mas também homens com cargos políticos ou cargos nas entranhas do estado Imperial.⁷ Nesse sentido, a reprodução

⁵ Para o comércio no Sul de Minas, cf. Cristiano Restitutti (2006). E, para a produção de açúcar e aguardente, cf. Marcelo Magalhães Godoy (2007).

⁶ Para o caráter da produção voltada ao abastecimento, cf. Alcir Lenharo (1979), Afonso Alencastro Graça Filho (2003) e Marcos Ferreira Andrade (2008).

⁷ Para o caráter da estrutura econômica e social desta elite sul-mineira, cf. Graça Filho (2003), Andrade (2008), Pascoal (2008).

desta sociedade dependia, de um lado, da preservação dos circuitos mercantis de abastecimento interno e, de outro, da escravidão como sustentáculo da estrutura social de riqueza.

Por isso mesmo, diferentemente da pensada regressão econômica pós-crise da economia aurífera (FURTADO, 1959), a economia mineira como um todo passaria por um novo estímulo para o vigoroso crescimento econômico na primeira metade do século XIX: agora por conta da economia de abastecimento. Seu plantel escravista não regrediria, pelo contrário, continuaria a crescer em números absolutos, como mostram os estudos de Roberto Martins (1983): era o maior plantel entre as Províncias, conforme dados de 1819 e 1873, com, respectivamente, 168.543 e 381.893 escravos; enquanto o Rio de Janeiro, 91.070 e 306.425; São Paulo, 77.667 e 156.612; Bahia, 147.263 e 167.824. (MARTINS, 1983, p. 188)⁸

Assim, para Roberto Martins, a Província não somente possuía o maior sistema escravista do Império, como também era a maior importadora de cativos. Tal economia se reproduzia, de forma interna, segundo o autor, como uma economia vicinal, cuja razão de ser era ela mesma. Robert Slenes (1988), sem negar a importância da escravidão na Província, questionou o argumento da preservação desta estrutura escravista, levantando a hipótese das atividades de exportação de Minas Gerais para outras Províncias como responsáveis pela ampliação do número de cativos. Wilson Cano e Francisco Luna (1983) também questionaram Martins, argumentando que o sistema escravista mineiro crescia via reprodução natural e não por meio da importação de escravos de outras Províncias.⁹ Douglas Libby (1984, 1988a e 1988b), por sua vez, viu em Minas Gerais uma economia de acomodação, mostrando as transformações no seu sistema produtivo após a crise da mineração. Já o trabalho de Clotilde Paiva (1996)¹⁰ procurou abordar a Província de forma regionalizada, ressaltando as suas diferenças produtivas e sustentando que sua economia era marcada por diversos contrastes. Nesse sentido, existiam regiões que se reproduziam de forma vicinal, regiões que exportavam para fora da Província, regiões que importavam escravos e regiões com importantes casos de reprodução natural.

⁸ Do autor é possível conferir outros trabalhos, como: Roberto Borges Martins (1980a, 1980b e 2002).

⁹ Outro trabalho relevante é o de Laird Bergad (2004), que, através de um intenso processo de pesquisa documental, sustenta a importância da reprodução natural de escravos em Minas Gerais.

¹⁰ Para uma versão resumida e atualizada da tese: Clotilde Paiva & Marcelo Magalhães Godoy (2001).

Logicamente, não queremos aqui reduzir tão importante e tamanha discussão historiográfica. Fundamental é entender a importância da escravidão em Minas Gerais no século XIX, bem como ressaltar a diversidade regional da Província. Trabalhos já têm ressaltado o apego do território mineiro à escravidão até seus últimos dias, bem como a necessidade de se estudar a transição do trabalho escravo para o trabalho livre dentro da perspectiva da realidade mineira, múltipla e diversa.¹¹

Dessa forma, é preciso compreender o Sul de Minas como parte de um território marcado pela diferença e, portanto, com processos históricos peculiares. Entender a crise do trabalho escravo na região é avançar na compreensão da diversidade e da multiplicidade de Minas Gerais. Afinal, o Sul de Minas parece receber ora influências da dinâmica cafeeira paulista, inclusive com a existência de fluxos de imigração (COSTA, 2002), ora assumir uma estrutura agrária de pequenas propriedades cujas produções eram voltadas para o mercado interno e que não tinham condições de incorporar trabalhadores estrangeiros em suas produções. (LIBBY, 1988b) Mas uma dúvida pode ser extinta: a escravidão foi parte decisiva na estrutura social e econômica do Sul de Minas ao longo do século XIX. Sua elite dependia do trabalho escravo, seja no trabalho produtivo e comercial, seja no trabalho doméstico.¹²

É por isso que, dentre as sub-regiões da Província de Minas Gerais, o trabalho escravo no Sul de Minas era tão representativo. Nos anos derradeiros do Império a região assumiria a segunda posição percentual na Província, mantendo sua participação no total de escravos da Província próxima aos 21% para os dados de 1873 e 1886. A zona Metalúrgica-Mantiqueira, região central da Província e primordial centro populacional por conta das minas de ouro, teria sua população escrava reduzida dos 25% para os 17%. Finalmente, com crescimento percentual bastante representativo, a Zona da Mata, com ampla expansão da atividade cafeeira entre as décadas de 1860 e 1880, aumentaria a participação no total dos escravos da Província, passando de 26%, em 1873, para 36%, em 1886. (MARTINS, 1983, p. 198)

¹¹ Ana Lúcia Duarte Lanna (1985) e Daniel do Val Cosentino (2006).

¹² Para o trabalho escravo enraizado na estrutura social do Sul de Minas, cf. Leonara Delfino (2010), Isaías Pascoal (2007) e Fábio Castilho (2009).

Contudo, o cenário social dominante do século XIX estava em transformação. Valendo-se da expressão de Maurice Dobb para o momento crítico de transição na Europa, no Brasil, em fins do século XIX, “o ritmo da mudança se acelerou”. E, por isso, com o alvorecer da cafeicultura fluminense, novos determinantes induziam a rearticulação dos grupos sul-mineiros com a política Imperial e com a economia nacional. Certamente, a questão do trabalho escravo seria um ponto central a ser pensado. É neste sentido que o vigoroso crescimento populacional e urbano da região verificado nas décadas finais do Oitocentos já não mais respondia apenas aos estímulos desta economia tradicional: o Sul de Minas ampliou seus centros urbanos e, ainda, pôde fomentar um processo de modernização de algumas cidades. (SAES *et al.*, 2012) Com essa modernização, uma importante inflexão estava em curso. Isto é, não seria mais apenas o comércio de abastecimento que impulsionaria as atividades econômicas da região; a economia cafeeira também delineava nova dinâmica.¹³

Uma nova integração regional aproveitava-se da chegada das ferrovias nas décadas finais do século XIX. Na ligação com São Paulo, verifica-se a expansão da Estrada de Ferro Mogiana por meio dos ramais Sapucaí, Poços de Caldas, Guaxupé e Passos. Na ligação com o Rio de Janeiro, por outro lado, a Estrada de Ferro Minas e Rio chegaria até Três Corações (1884). E, a partir da Minas e Rio, outras duas ferrovias paralelas e cobrindo boa parte do território sul-mineiro seriam inauguradas: a Estrada de Ferro Muzambinho (1887) e a Viação Férrea do Sapucaí (1891). O próprio traçado das ferrovias seria tema de importantes disputas locais – dessa nova articulação política entre as elites locais. A cidade de Campanha não conseguia se firmar neste novo espaço político. Os influentes políticos Américo Werneck e Francisco Bressane, respectivamente de Lambari e Campanha, exigiam a chegada da ferrovia Sapucaí em suas cidades. Contudo, esta avançaria para Itajubá e Pouso Alegre, por pressão de novos grupos influentes na região. (CASTILHO, 2009, p. 58)

É inegável o papel das ferrovias na expansão da cafeicultura no Sul de Minas. Até 1888, a Zona da Mata, região tradicional da produção cafeeira em Minas Gerais, representava mais de oitenta e cinco por cento das exportações da Província. Em 1903-1904, essa participação já recuava para cerca de sessenta por cento,

¹³ Para o crescimento da economia cafeeira no Sul de Minas, cf. John Wirth (1982) e José Geraldo Rodrigues de Oliveira & Lúcia Grinberg (2007).

atestando o crescimento da nova região produtora, o Sul de Minas.¹⁴ A antiga articulação comercial do abastecimento da Corte abria espaço para a produção agroexportadora voltada para o porto de Santos. Os vetores do desenvolvimento local tinham mudado de sentido.

Assim, enquanto as transformações se aceleravam nas cidades, induzidas pela introdução desta cultura de exportação, a cidade de Campanha parecia perder o pé da história – ao se manter com sua estrutura sócio-econômica tradicional, isto é, em que as “reliquias do passado” bloqueavam os novos ares. A questão populacional parece ilustrativa. Com uma população de aproximadamente 260 mil habitantes em 1872, o Sul de Minas, em 1907, já apresentava quase 730 mil habitantes e, finalmente, mais de 1 milhão, em 1920. Isto é, passava de 19% para 21% da população de Minas Gerais. Essa expansão das atividades econômicas e da população no Sul de Minas já chamava atenção dos moradores locais na década de 1870: Bernardo Saturnino da Veiga, em 1874, defensor da formação de uma Província autônoma na região, afirmava: “é o Sul de Minas, a parte mais povoada da Província como é aquela que a lavoura mais se tem desenvolvido, apesar dos empecilhos que a cercam, é aqui que o povo há revelado mais força civilizadora...” O Sul de Minas crescia e defendia sua presença na política regional. Campanha, entretanto, estacionou.

Todavia, as cidades sul-mineiras, ao sofrerem continuamente um processo de desmembramento, não conseguiam fortalecer sua estrutura urbana. Campanha seria um dos mais emblemáticos exemplos neste sentido: apesar do crescimento populacional da região, a cidade teria reduzida sua população em decorrência da formação de novos municípios. Duas ondas fortes de emancipação municipal ocorreriam no período em destaque: uma entre as décadas de 1880 e 1890, quando o fim da escravidão e a Constituição Republicana ditariam novas determinações à sociedade. A segunda, pouco mais tarde, na década de 1910, seguia já indicativos do governo estadual da valorização do espaço urbano. (SAES *et al.*, 2012) Emergiam, por outro lado, municípios que se integravam de novas formas com a economia nacional, como, por exemplo, as cidades de Alfenas, Varginha e Pouso Alegre.

¹⁴ Anderson Pires (2004) e Mônica Ribeiro de Oliveira (2000).

Tabela 1. População de cidades selecionadas do Sul de Minas, 1872-1920

Anos	Campanha	Três Corações	Varginha	Pouso Alegre	Alfenas
1872	20.771	*	*	17.929	21.135
1907	8.231	11.736	31.967	35.363	29.282
1912	8.867	10.515	25.359	18.594	22.660
1920	12.367	12.262	22.457	67.401	29.434

Fonte: para 1872, IBGE. Recenseamento Geral do Brasil, 1872; para 1907-1912, IBGE. Anuário estatístico do Brasil 1908-1912. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, v. 1-3, 1916-1927; para 1920, Minas Gerais. Álbum Chorográfico do Estado de Minas Gerais. Serviço de Estatística Geral: Belo Horizonte: Secretaria de Agricultura/Imprensa Oficial, 1927. Foi considerada a divisão política do Estado de Minas segundo o critério de áreas mínimas comparáveis, por meio de: IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

Acreditamos que as bases para essa inflexão econômica e social existente no Sul de Minas, da hierarquia entre as cidades da região, do perfil urbano constituído neste momento de modernização do país, em muito podem ser delineadas em função da redefinição do papel dessas cidades no momento de “aceleração do ritmo” de mudança da economia brasileira em fins do século XIX. Nesse sentido, as apostas e características das elites locais no momento desta transformação podemos auxiliar a compreender o caminho seguido nas décadas iniciais do século XX. Muito se discutiu sobre o caráter de Minas Gerais – e mesmo o sul da Província –, de ser uma região economicamente relevante e de uma herança escravista marcante. Contudo, pouco se explorou quais teriam sido as consequências dessa estrutura no momento da abolição da escravidão e, portanto, da mudança do perfil da economia, tanto nas hierarquias locais, mas, também, nas articulações políticas nacionais.

Evolução da riqueza de uma sociedade por meio de inventários

A reconstituição da história de Campanha e Pouso Alegre neste período dos últimos anos do escravismo será realizada por meio da análise das Atas da Câmara de Campanha e de Pouso Alegre (1880-1896) e dos 130 inventários existentes no Centro de Memória e Cultura do Sul de Minas da cidade de Campanha e de outros 112 inventários do Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, referentes à cidade de Pouso Alegre na década do ocaso da escravidão brasileira (Tabela 2). Acreditamos que tal documentação pode nos fornecer não somente os dados relativos à evolução

da composição da riqueza desta sociedade, como também indicadores das prioridades políticas e econômicas dos personagens locais.

Tabela 2. Inventários pesquisados (1880-1888)

Ano	Pouso Alegre		Campanha	
	Inventários	%	Inventários	%
1880	12	10,7%	13	10,0%
1881	13	11,6%	19	14,6%
1882	3	2,7%	14	10,8%
1883	14	12,5%	12	9,2%
1884	5	4,5%	19	14,6%
1885	11	9,8%	17	13,1%
1886	20	17,9%	7	5,4%
1887	17	15,2%	12	9,2%
1888	17	15,2%	17	13,1%
TOTAL	112	100%	130	100%

Fonte: Inventários post-mortem da cidade de Campanha. CEMEC, Campanha, e Inventários post-mortem da cidade de Pouso Alegre. Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, Pouso Alegre (1880-1888).

Como é possível observar acima, a concentração dos inventários no período pós-1885 é maior em Pouso Alegre do que em Campanha: 58,1% contra 40,8%. Isto pode ter fortalecido o argumento que vamos defender neste artigo, de que Pouso Alegre vinha mais rapidamente superando a escravidão. Contando com maior número de inventários nos derradeiros anos da escravidão, a possibilidade dos inventariados manterem menores plantéis é maior. Mas, como veremos na próxima sessão, os dados panorâmicos também apontam para essa diferença do perfil social das cidades.

No mais, não negamos os limites existentes na documentação cartorial, uma vez que, por se tratar de um arrolamento de bens para fins de divisão destes entre os herdeiros, os inventários acabavam por representar apenas uma amostra da população, uma amostra possivelmente da parcela mais abastada da população.¹⁵ Seus valores são declarados, com possível variação de critérios usados entre os avaliadores. Ademais, o inventário é um retrato estático da vida dos inventariados, no momento de seu falecimento. Nada garante que este tivesse sido o momento em que ele concentrou a maior parcela de sua riqueza, quanto mais de que foi o próprio

¹⁵ Dentre os inúmeros trabalhos que se valem da análise de inventários, cf. Zélia Cardoso de Mello (1985), Renato Leite Marcondes (1998) e Luciana Suarez Lopes (2005).

inventariado que concentrou tal riqueza: a composição podia ser resultado do acúmulo de riquezas pretéritas. Finalmente, a existência de determinada atividade identificada não responde necessariamente ao que teria sido a principal atividade do indivíduo ao longo de sua vida.

Independente de tais limitações, a pesquisa da evolução econômica da sociedade campanhense e pousoalegrense por meio da composição da riqueza inventariada pode nos ajudar a construir este retrato das principais atividades existentes na região em fins do século XIX, assim como da estrutura social frente ao uso do trabalho escravo e do consumo de bens móveis. Desta forma, busca-se comparar a estrutura econômica dos cidadãos de Campanha e Pouso Alegre na segunda metade do século XIX, especialmente na última década do escravismo, considerando tal momento como emblemático, por refletir o período de descolamento de Campanha do rumo econômico tomado pela região e da ascensão de Pouso Alegre como novo centro urbano e político. Acreditamos, assim, que esta análise nos permitirá identificar como as transformações da economia brasileira interferiram na evolução dos grupos dominantes locais e, possivelmente, compreender as causas para a estagnação da cidade na transição para o século XX.

Análise panorâmica: escravidão e riqueza em Campanha e Pouso Alegre

Ao descrever a elite campanhense de meados do século XIX, Marcos Ferreira Andrade é enfático: “Os personagens pertenciam à elite escravocrata daquela região. São histórias de sucesso, de famílias que fizeram fortuna, tendo como base as atividades agropastoris e a comercialização de gêneros voltados para o abastecimento interno.” (ANDRADE, 2008, p. 19) Os dados não fazem mentir: Campanha, em 1873, no que diz respeito à distribuição da população segundo a condição social, era o segundo maior município escravista do Sul de Minas tanto em termos absolutos, atrás apenas de Baependi, como em termos relativos, apenas atrás de Três Pontas.¹⁶ Essa condição seria levada até os últimos dias de escravidão: dos 21 municípios existentes para o ano de 1885, Lavras e Campanha

¹⁶ A população escrava de Campanha em 1873 era de 6.750, representando 24,5% de sua população total. Banco Digital do Recenseamento Geral do Império de 1872-1873. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento Geral do Império de 1872*. Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger. Tip. Comercial, 1876. 12 vol.

eram os únicos com mais de cinco mil escravos entre seus habitantes, concentrando quase vinte por cento de todos os escravos do Sul de Minas. (DELFINO, 2010, p. 77)

É verdade que essa é uma condição comum aos municípios do Sul de Minas, na comparação da população escrava entre os anos de 1873 e 1885 (Tabela 3). Salta-nos aos olhos a permanência da escravidão até seus últimos dias. Vale destacar: municípios que tiveram queda importante no número de escravos podem, na verdade, ter passado por desmembramento de seus territórios, como o caso de Três Pontas, em que Varginha é desmembrada em 1882.

Tabela 3. População Escrava dos Municípios Sul-Mineiros (1873 e 1885)

Municípios	1873		1885	
	Nº Escravos	%	Nº Escravos	%
Alfenas	4.170	5,6	4.495	7,7
Ayruoca	3.564	4,8	2.654	4,5
Baependy	7.248	9,7	3.877	6,6
Cabo Verde	1.510	2,0	1.385	2,4
Caldas	2.391	3,2	2.492	4,3
Campanha	6.750	9,1	5.422	9,3
Carmo do Rio Claro	-	-	1.227	2,1
Christina	4.547	6,1	4.610	7,9
D. da Boa Esperança	4.764	6,4	2.477	4,2
Itajubá	4.496	6,0	4.048	6,9
Jaguary	1.070	1,4	1.069	1,8
Lavras	8.380	11,2	5.417	9,3
Passos	4.065	5,4	4.792	8,2
Pouso Alto	-	-	2.282	3,9
Pouso Alegre	4.075	5,4	2.227	3,8
S. José do Paraíso	4.164	5,6	1.778	3,0
S. Gonçalo	-	-	151	0,2
S. S. do Paraíso	3.598	4,8	3.537	6,1
Três Pontas	5.997	8,0	2.313	4,0
Ouro Fino	3.574	4,8	1.694	2,9
Total	74.363	100.	57.947	10,0

Fonte: Delfino, 2010, p. 77.

Mas Campanha parecia ser um caso forte de apego à escravidão. Esta posição de Campanha como município escravocrata era ainda significativa, já que o Sul de Minas, como vimos, era a segunda região com maior concentração de escravos na Província. De uma população total do município de 20.771 habitantes,

em 1873, Campanha mantinha mais de 25% de sua população como cativa. O dobro do que teria Pouso Alegre em 1873, com seus 17.929 habitantes. Considerando que Campanha teria sua população reduzida com a emancipação de cidades como Três Corações (1884), provavelmente a participação escrava na população total do município deve ter aumentado na década de 1880, contraditoriamente, na fase derradeira da escravidão. Evidentemente, isso colocaria uma questão decisiva aos campanhenses em 1888, muito mais forte do que para os pousoalegrenses: como responder à necessidade de superação do escravismo em sua estrutura social?¹⁷

Para a literatura local, a elite de Campanha em fins do século XIX parecia aceitar bem o movimento de fim da escravidão. Casadei & Casadei (1989) consideram que a cidade teria acompanhado o movimento abolicionista, com importantes famílias locais, como Lemos, Vilhena Paiva, Araújo Lobato, entre outras, que aceitavam as políticas de emancipação dos cativos antes mesmo da abolição. Para os autores, mesmo antes da intensificação da campanha abolicionista, muitas famílias campanhenses libertaram seus escravos. Em agosto de 1887, a Câmara Municipal chegaria a criar um Livro de Ouro para arrecadação de doações para a libertação de escravos.¹⁸

Alfredo Valladão vai mais longe: “Já no período colonial, a Campanha está ligada, de modo brilhante, à causa da redenção dos cativos”, comprovada por conta da obra de Alvarenga Peixoto (1940, p. 259). Mais a frente, o autor argumenta: “o movimento que conduziria ao 13 de maio, um centro abolicionista se institui na Campanha com forte irradiação pelo Sul de Minas, e em correspondência, principalmente, com o centro semelhante da capital de São Paulo.” (1940, p. 278) O autor chega a considerar que, em abril de 1888, a cidade não contava com mais de 20 escravos, conforme dados de Julio Bueno no *Almanach de Campanha* de 1900. A cidade teria se tornado um centro abolicionista, com festas públicas, artigos na imprensa e políticas de libertação dos cativos.

Por outro lado, este sentimento de transformação da sociedade não parecia passar pelos órgãos oficiais da cidade. A Câmara Municipal em raros momentos se pronunciou a respeito da escravidão. Somente em 1884, ano da emancipação de

¹⁷ Isso não significava que Campanha não apresentasse uma economia estruturada também em atividades urbanas. Conforme o *Almanack Sul Mineiro de 1884*, existiam fábricas de chapéus, licores, cerveja, velas de cera, cachimbos, telhas. E entre os serviços eram listados: farmácias, tipografia, açougue. (VEIGA, 1884)

¹⁸ Infelizmente não achamos este livro de ouro para verificar a adesão da sociedade local.

Três Corações e da chegada da ferrovia, uma circular da Presidência da Câmara recomendava que fossem feitos “esforços perante os fazendeiros deste município para introduzirem em suas indústrias colonos procedentes da Ilha das Canárias e dos Açores a fim de reduzir o mal que muito breve terá de sofrer a agricultura e indústria desta Província visto como já escasseão (sic) os braços escravos e tendem a desaparecer.”¹⁹ Em suma, não era bem um ímpeto abolicionista que se verificava entre os vereadores, mas sim a percepção, talvez tardia, de que seria importante dar condições aos proprietários para manterem braços em suas produções.

Anos mais tarde, já próxima a liquidação da escravidão, a Câmara Municipal, em fevereiro de 1888, colocava em prática a resolução nº 3542, que impunha um imposto de 500\$000 sobre cada escravo do município, um imposto extremamente elevado para os proprietários.²⁰ Possivelmente o município não chegou a arrecadar praticamente nada com tal medida, pois três meses depois a Câmara, em Sessão Extraordinária, se reunia para dar “ampla publicidade”, seguindo determinação de ofício provincial, à lei de 13 de maio.²¹

Apesar de algumas semelhanças históricas, o reduzido número de escravos existentes em Pouso Alegre em relação à Campanha possivelmente tornou o processo de abolição menos relevante para o futuro do município. Na origem, Pouso Alegre, elevada a vila em 1831, também desfrutou de certo prestígio político por conta do Padre José Bento (PASCOAL, 2001, p. 214), fundador da tipografia que publicaria o “Pregoeiro Constitucional” – o primeiro jornal do Sul de Minas e o quinto da Província –, que se tornou defensor dos princípios liberais e político influente na Corte. (OLIVEIRA, 1900, p. 101)

Entretanto, a relação de Pouso Alegre não se estabelecia somente com o Rio de Janeiro. Mais próxima à Província de São Paulo, a cidade esteve religiosamente integrada ao bispado paulista, como também, às margens do Rio Mandu, era ponto de parada nas rotas comerciais entre Vila Rica e São Paulo. (GOUVÊA, 2004, p. 17)

¹⁹ 4ª. Sessão Ordinária de 11 de Janeiro de 1884. *Atas da Câmara Municipal de Campanha*. Campanha: CEMEC (CD-Rom), p. 79. O pedido da Câmara, entretanto, não deve ter se avançado. Nas colônias criadas para receber imigrantes no Sul de Minas foram: Francisco Sales, em Pouso Alegre; Nova Baden, em Lambari; Itajubá, na cidade de mesmo nome; Inconfidentes, em Ouro Fino; Joaquim Delfino, em Cristina e Padre José Bento, também em Pouso Alegre. Cf.: Norma de Góes Monteiro (1994).

²⁰ 4ª. Sessão Ordinária de 23 de Fevereiro de 1888. *Atas da Câmara Municipal de Campanha*. Campanha: CEMEC (CD-Rom), p. 70v-73.

²¹ Sessão Extraordinária de 28 de Maio de 1888. *Atas da Câmara Municipal de Campanha*. Campanha: CEMEC (CD-Rom), p. 80v.

Se essa rota não era tão importante quanto as estradas que cortavam em direção ao Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, com a expansão da cafeicultura paulista entre as décadas de 1870 e 1880, Pouso Alegre parece se beneficiar muito dessa posição estratégica.²²

O município, como consta no *Almanack Sul Mineiro de 1884*, apresentava um centro urbano expressivo para a região: possuía 4 praças, 26 ruas e cerca de 400 casas, das quais mais de 80 teriam sido construídas no último decênio. No que diz respeito à produção manufatureira, constavam duas empresas: uma fábrica de chapéus e uma de velas de cera. Para a produção agrícola, por seu turno, existiam fazendas de cana de açúcar, de fumo, algodão e já se dava certo destaque à cafeicultura.²³ Exportava-se polvilho, porcos e gado. Do mesmo modo, plantava-se chá, que era exportado para a corte. Como serviços à disposição para a população, a publicação apontava a existência de açougue, alfaiate, ferreiros, hotéis, farmácias, profissionais envolvidos com fabricação de vinho. (VEIGA, 1884)

Nos anos derradeiros da escravidão, a Câmara Municipal de Pouso Alegre saúda a constituição de seu Livro de Ouro em 1887²⁴ – mesmo ano daquele de Campanha. Apesar de um discurso abolicionista, a verdade é que poucos são os registros de alforria no livro de libertação dos escravos do município, de maneira que, para ambas as cidades, a abolição dos escravos aparece como algo muito mais simbólico do que efetivo. No mais, são diminutas as referências à escravidão nas Atas da Câmara Municipal de Pouso Alegre. Na década de 1880, a questão central

²² Como demonstra a preocupação da elite local na busca de estabelecer uma ligação mais eficiente com a Província de São Paulo. Conforme o relatório de Obras Públicas, com parecer do engenheiro Luiz Teixeira Bittencourt Sobrinho, era sugerida a ligação da cidade por meio de uma estrada de ferro que chegasse ao litoral de São Paulo. A Câmara Municipal, por outro lado, sustenta a proposta anterior do engenheiro João Henrique Costard e Francisco Eugenio de Azevedo para uma ferrovia no Vale do Sapucaí. Sessão Ordinária, 9 de julho de 1883, *Atas da Câmara Municipal de Pouso Alegre (1880-1892)*. Pouso Alegre: *Museu Municipal Tuany Toledo*. Em sessão de 9 de outubro de 1885, reforça-se a pedido, para facilitar às exportações e importações direcionadas à capital da Província de São Paulo. Sessão Ordinária, 9 de outubro de 1885, *Atas da Câmara Municipal de Pouso Alegre (1880-1892)*. Pouso Alegre: *Museu Histórico Municipal Tuany Toledo*.

²³ A Câmara Municipal, em ofício remetido para o Presidente da Província no ano de 1883, definia a agricultura da cidade como “a mais variada possível”. O mercado local, considerava o relatório, não dependia de produtos de outras localidades e, pelo contrário, ofertava sua produção para os municípios vizinhos. Como cultura “desenvolvida”, a Câmara destacava a produção de açúcar, com um projeto de construção de um engenho central e a preliminar produção de café, que pelas novas plantações rapidamente se tornaria bastante representativa. Em segundo lugar, estavam as produções voltadas ao abastecimento, como arroz, milho, batatas, legumes, assim como, a indústria pastoril. Sessão Extraordinária, 9 de março de 1883, *Atas da Câmara Municipal de Pouso Alegre (1880-1892)*. Pouso Alegre: *Museu Histórico Municipal Tuany Toledo*.

²⁴ Livro de Ouro da Câmara Municipal de Pouso Alegre. *Museu Municipal Tuany Toledo*, 1887.

nos debates dos representantes é a urbanização da cidade: abertura de ruas, praças, iluminação a gás etc.²⁵

Mas, de qualquer maneira, na análise dos inventários fica evidente que a estrutura social de Campanha estava muito mais fundamentada na escravidão do que a de Pouso Alegre. Quando comparamos a estrutura da posse de escravos entre as duas cidades, considerando faixas de escravarias, número de escravos e proprietários, a diferença entre elas é esclarecedora. Para a denominação das chamadas “grandes escravarias”,²⁶ aquelas com mais do que 20 escravos, a diferença é significativa: Pouso Alegre não possui nenhum grande plantel entre os inventários analisados no período de 1880 e 1888; em Campanha são 6 grandes escravarias, que sustentam cerca de um terço dos cativos da cidade (Tabela 4).

Tabela 4. Estrutura de posse de escravos de Campanha e Pouso Alegre, 1880-1888

Faixas da escravaria	Campanha		Pouso Alegre		Campanha		Pouso Alegre	
	Número de escravos	%	Número de escravos	%	Número de proprietários	%	Número de proprietários	%
1 a 5	103	18	62	45	42	53	27	75
6 a 19	277	48	76	55	31	39	9	25
20 ou mais	197	34	0	0	6	8	0	0
Total	577	100	138	100	79	100	36	100

Fonte: Inventários post-mortem da cidade de Campanha. CEMEC, Campanha, e Inventários post-mortem da cidade de Pouso Alegre. Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, Pouso Alegre (1880-1888).

Ainda mais impressionante é que Campanha, para este período, tem em média 4,4 escravos entre todos os 130 inventários (ou 7,3 escravos entre os proprietários de escravos, que representavam 60% dos inventários analisados para a cidade). Mesmo pequenos e médios plantéis eram representativos, atestando uma disseminação da estrutura escravista em diferenciados estratos da sociedade. Afinal, são 53% das propriedades que mantêm pequenas escravarias, contando com quase

²⁵ *Atas da Câmara Municipal de Pouso Alegre (1880-1892)*. Pouso Alegre: *Museu Histórico Municipal Tuany Toledo*. Apenas como exemplo, nas Atas da Câmara entre 1881 e 1883: iluminação pública como tema nas sessões de 17.10.1881, 20.02.1882, 12.06.1882, 22.06.1882, 25.09.1882; reforma de vias públicas nas sessões de 24.08.1881, 17.10.1881, 09.01.1881, 17.01.1882, 26.06.1883; construção do cemitério em sessão de 10.04.1882; projeto da estrada de ferro na sessão de 10.06.1882.

²⁶ Conforme critério de Renato Marcondes (1998) e Marcos Andrade (2008).

20% dos cativos do município. A estrutura de Pouso Alegre, por outro lado, é curiosa: a média de escravos entre todos os inventários da cidade cai para 1,2: isto é, quase quatro vezes menos do que a média de Campanha. Ademais, apenas 32% dos inventários analisados são de proprietários de cativos (que, entre os escravistas, teriam em média plantéis pequenos de 3,8 escravos por proprietário). O que se percebe em Pouso Alegre, por outro lado, é uma profunda concentração da escravaria: os 9 maiores proprietários, e vale destacar, não são grandes escravistas com plantéis maiores do que 20 escravos, concentravam na década de 1880 mais de 50% dos cativos do município. Em suma, o papel dos cativos na base produtiva e social das cidades sustentava graus de importância muito diferentes. Mas, para avançar na análise, é preciso compreender a representatividade das escravarias frente à composição da renda como um todo.

A composição da riqueza da sociedade e das elites de Pouso Alegre e Campanha

A análise da composição da riqueza da sociedade – e das elites locais – pode nos auxiliar na compreensão de como os ativos de cada cidade estavam empatados. Intuitivamente, uma cidade que concentra grande parte de sua renda em cativos deverá sofrer muito mais com o processo de abolição: já na segunda década de 1880 é perceptível uma queda acentuada no valor dos escravos unitários, conseqüentemente, de desvalorização das rendas daqueles que eram grandes escravistas. Voltamos ao argumento inicial: num momento de aceleração das transformações históricas, a adequação da sociedade aos novos vetores de desenvolvimento é central para a sobrevivência das atividades econômicas e do papel político-social fundamentado numa fase anterior.

Os dados são enfáticos: nem sempre o volume de riqueza garante a prosperidade de uma sociedade. Na última década do escravismo no Brasil, os 112 inventários analisados em Pouso Alegre sustentam uma renda *per capita* de 7:759\$000 réis, enquanto os 130 inventários de Campanha alcançam o valor *per capita* de 14:981\$000. Em suma, a cidade de Campanha herdava o prestígio de sua elite escravista ainda em fins do século XIX, com uma renda *per capita* equivalente ao dobro daquela de Pouso Alegre. Entretanto, isso não seria suficiente para preservar essa posição da elite campanhense neste momento de aceleração das

transformações econômicas e sociais. A forma como era alocada a riqueza da sociedade de Campanha, e mesmo as atividades em que esta sociedade se apega neste momento de transição, possivelmente podem explicar a razão pela qual as mudanças futuras seriam vistas de maneira muito mais lenta.

Dentre os elementos que nos saltam aos olhos nas diferenças da composição de riqueza entre as duas cidades figura a concentração da riqueza em imóveis rurais em Pouso Alegre. Esta, é claro, faz parte de uma característica comum aos perfis das sociedades escravistas brasileiras no século XIX: concentração dos bens entre imóveis rurais e escravos. Contudo, em Pouso Alegre, essa concentração em bens imóveis rurais alcança dois terços da riqueza, enquanto as escravarias compõem apenas 12% (Tabela 5).

Ativos	Pouso Alegre		Campanha	
	Valor em réis	%	Valor em réis	(%)
Dinheiro	-	0%	15:227\$300	1%
Bens Móveis	19:323\$388	2%	99:263\$566	5%
Cultura	6:225\$490	1%	55:925\$656	3%
Animais	80:659\$804	9%	127:314\$011	7%
Escravos	104:002\$000	12%	406:816\$060	21%
Imóveis Rurais	551:775\$774	63%	902:242\$580	48%
Imóveis Urbanos	16:329\$000	2%	77:819\$741	4%
Dívidas Ativas	90:778\$151	10%	213\$162:140	11%
Total	869:093\$607	100%	1.947:604\$054	100%

Fonte: Inventários post-mortem da cidade de Campanha. CEMEC, Campanha, e Inventários post-mortem da cidade de Pouso Alegre. Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, Pouso Alegre (1880-1888).

Evidencia-se, assim, que a escravidão ainda se mantinha representativa para os campanhenses em comparação com as rubricas de Pouso Alegre: com 21% de sua riqueza empenhada em escravos, alcançava quase o dobro daquele valor de Pouso Alegre. O que é incomum nos dois casos é a irrelevante presença (já na

²⁷ Para a coleta e sistematização das informações do quadro, consideramos o seguinte padrão: dinheiro foi considerado a parte; bens móveis eram utensílios, jóias, móveis e ferramentas; para cultura levou-se em conta plantações e produções armazenadas; bens imóveis rurais e urbanos foram separados, e os urbanos eram as casas de morada em vila (ou localizadas em determinada rua) e rurais as terras, pastos, fazendas, casas de vivenda, engenhos e benfeitorias; escravos, animais (semoventes) e dívidas ativas e passivas como rubricas próprias. O total é a soma de todas as rubricas sem descontar as dívidas passivas.

década de 1880) de valores em ações de empresas, como ferrovias, indústrias e bancos.²⁸ O que vale também para as atividades urbanas, que ainda mantinham valores muito pequenos em comparação com os outros bens inventariados: isto é, tanto pequenos comércios como residências urbanas – pela pesquisa em andamento – somente passam a assumir maior representatividade no início do século XX. Podemos dizer que a cidade como elemento de sociabilidade e, mais importante, como forma de ativos para investimentos, ainda estava em processo de construção.

Com relação às dívidas passivas, por sua vez, Campanha apresentava um valor de 328:083\$277 réis, representando 16,8% do monte-mor de riqueza acumulada por sua sociedade entre 1880-88, enquanto Pouso Alegre somava os 63:376\$371 réis, isto é, 7,2% da riqueza da sociedade pouso-alegrense. Este fato, entretanto, não pode nos levar de imediato a afirmativas categóricas: o maior endividamento dos inventários de Campanha pode significar um circuito de escoamento de rendas de Campanha para outras localidades maior do que aquele de Pouso Alegre. Especialmente porque ambas as cidades sustentavam dívidas ativas equilibradas. Por outro lado, é sempre importante lembrar que elevadas dívidas passivas também podem demonstrar uma cidade com atividades econômicas mais vigorosas, circuitos econômicos mais intensos. Como lembra Weber: “o bom pagador é dono da bolsa alheia”.

Mas este padrão de riqueza de Pouso Alegre, mais desapegada da escravidão, com menores dívidas, significa que a cidade teria condições de acumular maiores riquezas? Não necessariamente. A menor presença de escravos pode ser respondida também por um elemento do quadro acima: a renda acumulada pelos inventários analisados em Campanha era bem maior do que aquela de Pouso Alegre. Se o número de inventários pesquisados em Pouso Alegre representa 86% daqueles pesquisados em Campanha, a fortuna acumulada não alcança os 44%. Vale lembrar como as escravarias representavam ao longo do século XIX um ativo importante na sociedade (tanto por finalidades econômicas, como garantia de empréstimos, como por finalidades sociais, assegurando prestígio na sociedade),

²⁸ Para a cidade de São Paulo neste período de análise (1880-88), por exemplo, em média as ações representam 7% da composição da renda das famílias. Cf. Zélia Cardoso de Mello (1985, anexo 1).

segue a lógica de que comunidades com maiores fortunas tendiam a apresentar maiores escravarias.

Entretanto, seguindo o argumento acima destacado, faria sentido considerar que as maiores fortunas de Pouso Alegre também deveriam possuir as maiores escravarias. Entretanto, esse não é o caso. Se separarmos as seis maiores fortunas em valores numéricos²⁹, perceberemos que a participação dos cativos na renda é ainda menor: menos do que 5%. Enquanto isso, a tendência é de uma concentração ainda maior em imóveis rurais, elevando-se para 73,5%.

Tabela 6. Composição das seis maiores fortunas de Pouso Alegre (1880-1888)

	Valor em reis	%
Dinheiro	-	-
Bens Móveis	4:067\$920	1
Cultura	11\$750:00	2,9
Animais	23:633\$000	6,2
Escravos	18:087\$000	4,9
Imóveis Rurais	270:466\$902	73,5
Imóveis Urbanos	2:750\$000	0,7
Dívidas Ativas	46:905\$391	12,8
Monte mor total¹	367\$085:213	100%

¹ Monte mor total somado às dívidas passivas

Fonte: Inventários post-mortem da cidade de Pouso Alegre.

Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, Pouso Alegre (1880-1888).

O que é possível perceber na evolução da riqueza de Campanha, por outro lado, é o peso ainda maior que as propriedades rurais e os escravos representavam para essa elite frente ao restante da sociedade (Tabela 7). As propriedades rurais representavam, na média, 47:081\$452, o que, em termos percentuais, significa 50,9% do total da riqueza, sendo que, de forma geral, eram, sobretudo, fazendas ou porções de terras em fazendas. Os bens imóveis urbanos, para a elite, representam

²⁹ Ao contrário de abordagens como de Renato Marcondes (1998) e Marcos Andrade (2008), o nosso entendimento para grandes fortunas se baseou somente na questão econômico-financeira. Ao invés de considerar a elite como aquela que possuía plantéis com 20 ou mais escravos, para nosso estudo foram considerados os inventários que, somados, representavam um terço de toda a riqueza avaliada para o período para Campanha. No caso, foram considerados 6 inventários cujos monte mor eram maiores do que 40 contos de réis. Isso especialmente para não deixar de considerar aqueles inventários que estivessem diversificando sua riqueza, em que apesar de grandes fortunas, sua escravaria não seria um importante ativo. A verdade é que, para o caso de Campanha entre 1880 e 1888, esse critério alterou pouco o grupo de análise. Mantendo o mesmo número de inventários para Pouso Alegre (6), a riqueza acumulada alcança os 42%.

muito menos do que para a população como um todo, o que mantém o padrão da elite agrária e escravista descrito por Marcos Andrade: a riqueza urbana representava 1,45, 2,95 e 1,54% para os períodos 1803-1831, 1832-1850 e 1851-1865, respectivamente. (ANDRADE, 2008) Ao final do Império, por outro lado, aumentou-se a participação do peso dos escravos na renda, de 21% para 26,5%. Vale ressaltar que, em Pouso Alegre, a tendência foi de recuo da participação. No tocante aos animais, estes representavam 6,8% dentro das maiores riquezas em Campanha, muito próximo do valor de Pouso Alegre. Em ambas as cidades, a presença de bovinos, em primeiro lugar, e suínos, em segundo lugar, é facilmente destacável entre os inventários. Essa era uma herança da função de abastecimento da Corte que ainda se preservava entre as fazendas sul-mineiras.

Tabela 7. Estrutura da riqueza das maiores fortunas de Campanha (1880-1888)

Ativos	Valor (réis)	%
Dinheiro	11:770\$000	2,1
Bens Móveis	7:497\$500	1,4
Cultura	6:665\$000	1,2
Animais	37:689\$000	6,8
Escravos	147:340\$000	26,5
Imóveis Rurais	282:488\$712	50,9
Imóveis Urbanos	7:825\$000	1,4
Dívidas Ativas	89:451\$368	16,1
Total (não oficial)	555:342\$364	100

Fonte: Inventários post-mortem da cidade de Campanha. CEMEC, Campanha, 1880-1888.

É curioso perceber que estes valores da composição das seis maiores riquezas de Campanha – compostas quase que completamente pelos maiores escravistas da cidade – são bastante semelhantes com aqueles dos seis maiores escravistas pousoalegrenses. Contudo, em Pouso Alegre, aparentemente, o custo para sustentar as escravarias era muito maior do que em Campanha, afinal, os cativos representavam cerca de quarenta por cento da riqueza – valor muito próximo alcançado pelas propriedades rurais. E é preciso afirmar novamente: as escravarias de Campanha eram muito maiores do que aquelas de Pouso Alegre e, nem por isso, consumiam parcela tão representativa das rendas dos campanhenses. Somente Candida Clara Branquinho, por exemplo, que possuía 57 escravos, detinha um plantel maior do que os seis maiores escravistas de Pouso Alegre. Estes 57

escravos representavam cerca de 25% de sua riqueza acumulada, e não os quase 50% entre os pousoalegrenses.

	Valor em reis	%
Dinheiro	-	-
Bens Móveis	2:844\$500	2,4%
Cultura	729\$600	0,6%
Animais	8:872\$000	7,4%
Escravos	50:900\$000	42,5%
Imóveis Rurais	52:171\$000	43,5%
Imóveis Urbanos	1:500\$000	1,3%
Dívidas Ativas	2:833\$425	2,4%
Montemor total¹	119:850\$525	100%

¹ Montemor total somado às dívidas passivas

Fonte: Inventários post-mortem da cidade de Pouso Alegre.
Museu Histórico Municipal Tuany Toledo, Pouso Alegre (1880-1888).

Em suma, entre as elites de Pouso Alegre e Campanha, podemos perceber uma diferença substancial na composição de suas riquezas. Pouso Alegre, fosse por não concentrar em seu passado uma elite economicamente tão presente nas rotas comerciais com a Corte quanto a de Campanha, fosse por possuir elite ainda com menores condições de investimento, aparentemente estava mais aberta para receber as novidades neste momento de transição. Era mais fácil incorporar novas técnicas, novas culturas e uma nova dinâmica econômica. Assim, aparentemente, com uma elite escravista mais fragilizada, Pouso Alegre pôde superar a crise do escravismo com maior facilidade.

Considerações finais

Pouso Alegre e Campanha, em fins do século XIX, fazem parte de uma mesma totalidade: de cidades sul-mineiras em acelerado processo de transformação por conta do fim de uma era, do Brasil imperial e da escravidão, mas de nascimento de uma nova, da expansão cafeeira, da introdução das ferrovias e da formação da vida urbana moderna. Neste acelerado processo de transformações das estruturas sociais e econômicas da região, é perceptível que as cidades, possivelmente por

conta das apostas e projetos de suas elites, caminharam em ritmos e sentidos diversos. Campanha, que fora o centro político da região ao longo de todo Império, perderia sua posição, enquanto estagnava nas lembranças de um passado escravista. Pouso Alegre, por conta de sua proximidade de São Paulo ou mesmo de novas perspectivas de seus grupos locais, mais rapidamente assimilou a perspectiva de uma vida urbana moderna. Neste texto tentamos explorar o que existia na base de cada uma dessas sociedades, por meio da composição de suas riquezas. Sabemos, porém, que outras tantas variáveis ainda precisam ser consideradas para compreender a evolução dos municípios nesta importante transição do século XIX para o XX.

FONTES

Atas da Câmara Municipal de Campanha (1880-1888). Campanha: CEMEC (CD-Rom).

Atas da Câmara Municipal de Pouso Alegre (1880-1892). Pouso Alegre: Museu Histórico Municipal Tuany Toledo.

Livro de Ouro. Câmara Municipal de Pouso Alegre. *Museu Municipal Tuany Toledo*, 1887.

Inventários *post-mortem* da cidade de Campanha (1880-1888). Localizados no *Centro de Memória Cultural do Sul de Minas – CEMEC*.

Inventários *post-mortem* da cidade de Pouso Alegre (1880-1888). Localizados no *Museu História Tuany Toledo*, Câmara Municipal de Pouso Alegre.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1880*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

CARDOSO DE MELLO, Zélia M. *Metamorfoses da riqueza - São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Hucitec, 1985.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Sobre los modos de producción coloniales em América. In: ASSADOURIAN, Carlos *et al. Modos de producción en América Latina*. México: Cadernos Passado e Presente, 1980.

CASADEI, Thalita de Oliveira; CASADEI, Antônio. *Aspectos Históricos da Cidade da Campanha*, 1989.

CASTILHO, Fábio. *Entre a locomotiva e o fiel da balança: a transição da mão-de-obra no Sul de Minas (1870-1918)*. Juiz de Fora: Dissertação de Mestrado – UFJF, 2009.

CASTRO, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil: 1860-1913*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

COSENTINO, Daniel do Val. *Múltiplo de transições. A transição do trabalho escravo ao livre em Minas Gerais*. Campinas: Dissertação de Mestrado – Unicamp, 2006.

COSTA, Maria Lúcia Prado. *Fontes para a história social do Sul de Minas: os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850-1900)*. Paraguaçu: Fundamar, 2002.

DELFINO, Leonara Lacerda. *A família negra na Freguesia de São Bom Jesus dos Mártires: incursões em uma demografia de escravidão no Sul de Minas (1810-1873)*. Juiz de Fora: Dissertação de Mestrado – UFJF, 2010.

DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1959.

GODOY, Marcelo Magalhães. Civilizações da Cana de Açúcar: dois paradigmas de atividades agroaçucareiras no Novo Mundo, séculos XVI a XIX. *História econômica & história de empresas*. Vol. X (2), Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2007.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

GOUVÊA, Octavio de Miranda. *A História de Pouso Alegre*. 2. ed. Pouso Alegre: Gráfica Amaral, 2004.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2003.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho: a passagem do trabalho livre na Zona da Mata Mineira*. Campinas: Dissertação de Mestrado – Unicamp, 1985.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LIBBY, Douglas. Historiografia e a formação social escravista mineira. *Acervo, Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 7-20, jan.-jun. 1988a.

_____. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Velho*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

_____. *Transformação e trabalho em uma Economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988b.

LOPES, Luciana Suarez. *Sob os olhos de São Sebastião. A cafeicultura e as mutações da riqueza em Ribeirão Preto 1849-1900*. São Paulo: Tese de Doutorado – FFLCH/USP, 2005.

LUNA, Francisco Vidal; CANO, Wilson. Economia escravista em Minas Gerais. *Cadernos IFCH-Unicamp*, Campinas, outubro de 1983.

MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: vale do Paraíba século XIX*. Lorena: Stiliano, 1998.

MARTINS, Roberto B. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1980a

_____. *Growing in Silence: The Slave Economy of Nineth-Century Minas Gerais, Brazil*. Tese de Doutorado, Varderbilt University, 1980b

_____. Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, Outra Vez. SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Hucitec/ ABPHE, 2002.

_____. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, Instituto de Pesquisas Econômicas – USP, São Paulo, v. 13, n. 1, 1983.

MONTEIRO, Norma de Góes. *Imigração e colonização em Minas, 1889-1930*. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1994.

NOVAIS, Fernando. A crise do Antigo Sistema Colonial. In: _____. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial, 1777-1808*. São Paulo: Hucitec, 1979.

OLIVEIRA, Antonio Marques de. *Almanack do Municipio de Pouso Alegre*. Rio de Janeiro: Casa Mont'Alverde, 1900.

OLIVEIRA, José Geraldo Rodrigues de; GRINBERG, Lúcia. *A saga dos cafeicultores no Sul de Minas*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Cafeicultura Mineira: Formação e Consolidação – 1809-1870. IX Seminário sobre a Economia Mineira*. Cedeplar, 2000.

PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Território de Contrastes: Economia e Sociedade das Minas Gerais do século XIX. In: *História e educação, homenagem à Maria Yedda Leite Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad e Faperj, 2001.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX.*, São Paulo: USP/ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 1996. (Tese de doutoramento).

PASCOAL, Isaías. Economia e trabalho no Sul de Minas no século XIX”. *Economia e sociedade*. v. 16, n. 2 (30), 2007.

_____. Fundamentos econômicos da participação política do sul de Minas na construção do Estado brasileiro nos anos 1822-1840. *Economia e sociedade*. [online]. v .17, n. 2 (33), 2008.

_____. José Bento Leite Ferreira de Melo, padre e político: o Liberalismo moderado no extremo sul de Minas Gerais. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37, jan/jun 2001.

PIRES, Anderson. *Café, Finanças e Bancos: Uma Análise do Sistema Financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais: 1889/1930*. Tese de Doutorado - USP. São Paulo, 2004.

PIRES, Julio Manuel; COSTA, Iraci del Nero da. O capital escravista-mercantil. In: *O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas*. São Paulo: Educ, 2010.

RESTITUTTI, Cristiano Corte. *As fronteiras da província: rotas de comércio interprovincial (Minas Gerais, 1839-1884)*. Araraquara: dissertação de mestrado – Unesp, 2006.

SAES, Alexandre; GAMBI, Thiago; COSENTINO, Daniel. Sul de Minas em transição: opção por uma regionalização como ponto de partida. In: SAES, Alexandre; MARTINS, Marcos Lobato. *Sul de Minas em transição*. Bauru: Edusc, 2012 (no prelo).

SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 18, n. 3, p. 449-495, 1988.

VALLADÃO, Alfredo. *Campanha da Princesa*. Vol. II. Rio de Janeiro: Leuzinger S.A., 1940.

VEIGA, Bernardo Saturino da. *Almanach Sul-Mineiro*. Campanha: Typhographia do Monitor Sul-Mineiro, 1874 e 1884.

WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.